

## EDITAL nº 001/2014

### Edital de Chamada Pública para Recepção de Artigos para a Revista do Ministério Público do Estado do Amazonas nº 15

O Presidente do Conselho Editorial da Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Amazonas e Diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional torna pública, por meio do presente edital e para a comunidade jurídica - pesquisadores, consultores, docentes, acadêmicos em Direito, bem como a todos os profissionais das carreiras jurídicas - a chamada para apresentação de artigos de interesse acadêmico e prático e peças forenses de profissionais jurídicos para possível publicação na Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Amazonas, em seu décimo quinto número.

Seguem as seguintes disposições:

1- A Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Amazonas é publicação semestral de responsabilidade do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF-AM) e tem por objetivo o aperfeiçoamento funcional dos membros e servidores do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPE-AM, fomentando o debate a respeito de assuntos relevantes e atuais, incrementando a produção acadêmica no âmbito da Instituição, divulgando ideias e posicionamentos jurídicos dos pensadores do Direito.

2- Poderão participar membros do Ministério Público, bem como demais profissionais e formandos de áreas afins às Ciências Jurídicas, individualmente ou por mais de um autor. Os interessados poderão encaminhar os artigos, em formato *DOC*, até o dia 05 de maio deste ano para [ceaf@mp.am.mp.br](mailto:ceaf@mp.am.mp.br).

3- Os artigos e peças forenses devem ser preferencialmente inéditos e obedecer às normas específicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e ao novo acordo ortográfico da Língua Portuguesa.

4- Serão aceitos artigos de conteúdo jurídico, com temas relacionados às disciplinas voltadas para o estudo do Direito Penal, Processo Penal, Civil, Processo Civil, Difusos e Coletivos, além de Administrativo e Constitucional.

5- Cada artigo deverá vir acompanhado, na primeira lauda, do título do trabalho, nome completo do autor (ou autores), resumo, palavras-chave e respectivo minicurrículo, e-mail, telefone para contato e endereço para envio da publicação.

6- O resumo (ementa), de caráter informativo, deve conter o máximo de 120 palavras, sem parágrafos. As palavras-chaves (descritores) devem ser em número de três a cinco palavras separadas por pontos e não devem ser repetidas palavras do título. Este deve ser breve, específico e descritivo, contendo palavras que representem o conteúdo do texto. Ainda, devem ser enviadas as versões em inglês do resumo, do título e das palavras-chaves. O minicurrículo (créditos) deverá conter nome do autor (ou autores), formação acadêmica, títulos, instituições as quais pertença e a principal atividade exercida, totalizando o máximo de 50 palavras. Enviar, ainda, endereço completo para possível envio da publicação, e-mail e telefone para contato, se necessário for.

7- O artigo deverá conter no máximo 30 páginas, no tamanho A4 (297 x 210mm), com margens de 3 cm, incluindo resumos, palavras-chave, notas de rodapé e referências bibliográficas, bem como o currículo resumido do(s) autor(es). Deve ser digitado em fonte Conselho Editorial da Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Amazonas Gramond, tamanho 12, espaçamento entrelinhas 1,5 cm, sem espaço entre os parágrafos e com formato justificado.

- 8- Todo destaque que se queira dar ao texto deve ser feito com o uso de negrito, devendo o itálico ser usado apenas para palavras estrangeiras.
- 9- O sistema de notação a ser adotado é o sistema clássico de citação nota, ou seja, as notas de rodapé deverão ser inseridas no final da própria página.
- 10- As citações literais curtas (até 3 linhas) deverão ser integradas ao parágrafo e colocadas entre aspas. As citações com mais de três linhas serão destacadas no texto em parágrafo especial, com 2 cm para dentro da margem esquerda.
- 11- Não utilizar as expressões em latim (*ibid.*, *idem*, *id.*, *op. cit* e *outras*) para substituir as referências. Utilizar sempre o sistema autor/data.
- 12- No final do trabalho devem ser incluídas, em ordem alfabética, todas as referências efetivamente citadas no texto, segundo a norma NBR 6023:2002, da ABNT (Norma para referências bibliográficas da Associação Brasileira de Normas Técnicas).
- 13- A exatidão e a adequação das referências a trabalhos que tenham sido consultados e mencionados no corpo do artigo são de responsabilidade exclusiva do autor (ou autores).
- 14- Os textos serão submetidos ao Conselho Editorial da Revista Jurídica do Ministério Público do Amazonas e analisados por pelo menos dois revisores, selecionados por este mesmo Conselho e mantidos em anonimato. Por outro lado, a autoria do artigo não é divulgada aos revisores, durante a fase de revisão, garantindo mais lisura ao processo de seleção. Segue-se, assim, o sistema *double blind peer review*.
- 15- O artigo aprovado será submetido à revisão gramatical, e, se for o caso, à concordância do autor.
- 16- A seleção dos trabalhos será de total responsabilidade do Conselho Editorial e de sua decisão não caberá recurso. Em caso de rejeição do artigo para a publicação, o autor será informado.
- 17- Serão publicados, na 15ª edição Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Amazonas, os primeiros classificados até o limite aproximado de 450 páginas.
- 18- Não serão devidos direitos autorais ou qualquer remuneração pela publicação dos trabalhos nas revistas. A simples remessa para apreciação implica na autorização para sua publicação.
- 19- Os artigos publicados representam a expressão do ponto de vista de seus autores e não a posição oficial da Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Amazonas.
- 20- Após a publicação, os autores receberão no endereço informado, gratuitamente, três exemplares.

Manaus, 10 de março de 2014

JOÃO GASPAR RODRIGUES

Promotor de Justiça/Diretor do CEAJ-AM

Presidente do Conselho Editorial da Revista Jurídica do MPE-AM